

Capítulo 3

A Agricultura e a Urbes

Eliseu Alves
EMBRAPA

O trabalho aborda o relacionamento da agricultura com a urbe, do ponto de vista de transferência de recursos. Ênfase maior é dada às políticas que a agricultura requer.

Antecedentes

Recordem-se alguns fatos e argumentos sobre o processo de industrialização do Brasil*:

1. Como opção de política econômica, a industrialização por meio da substituição de importação implantou-se na década de 50.

2. A idéia básica era de que o Brasil caíra num círculo vicioso de pobreza. Admitia-se que estímulos à agricultura não traziam resposta compensatória. O carro-chefe eram os produtos de exportação, principalmente café, e se supunha que as relações de troca se moviam constantemente contra os exportadores de produtos primários, portanto contra a agricultura, conforme as teses Cepalinas, ou, então, admitia-se que a agricultura não respondia a estímulos econômicos. Estimular a agricultura equivaleria transferir recursos para os países avançados, sem qualquer retorno aos investimentos feitos.

3. As teses Cepalinas e os modelos de dois setores** apontaram a industrialização como o melhor caminho para se evadir do círculo vicioso da pobreza.

* A literatura sobre a industrialização brasileira é vasta. Não vamos revisá-la. Para mais detalhes, veja CUNHA (1991).

** No nosso modo de ver, não é correto considerar, nos modelos de dois setores, o setor moderno como equivalente à indústria. Mas essa foi a interpretação dada à criação de Arthur Lewis e aos aprimoramentos que se seguiram.

A experiência amarga da depressão dos anos trinta, a falta de produtos estratégicos com relação à economia, enquanto durou a Segunda Grande Guerra, e a idéia de que nenhuma nação seria econômica e militarmente forte se não se industrializasse foram argumentos usados pelos políticos para estabelecer uma base popular de suporte à industrialização. Getúlio Vargas, Ademar de Barros, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros venceram eleições em razão de um forte sentimento popular a favor da diversificação da economia.

4. O plano de metas do Presidente Juscelino Kubitschek é o marco definitivo de processo de industrialização do País. No seu período de governo, a industrialização avançou tanto, ao ponto de se tornar irreversível.

5. As políticas de industrialização estabeleceram um poderoso sifão que atraía rapidamente as populações campezinas ao fascínio das principais metrópoles. A urbanização avançou muito a partir dos anos 50, principalmente nas capitais dos estados e nas cidades em que floresciam as fábricas.

6. A industrialização se implantou num país que não tinha instituições e organizações aptas a suportá-la*. Os gastos do Governo visando acelerar e tornar irreversível a modernização da economia brasileira resultaram no desequilíbrio das suas contas e das contas externas. A inflação começou a acelerar-se. As massas urbanas se inquietaram e passaram a aderir às teses de uma reforma radical de estruturas do País. Com a renúncia de Jânio Quadros, seguiu-se um período de agitação, e o Governo perdeu controle da situação. Para muitos, o País caminhava celeremente para uma revolução que terminaria adotando o comunismo entre nós. A contra-reação saiu vitoriosa, com o triunfo do movimento militar, em 1964.

7. A política que se seguiu objetivou os seguintes pontos:

a) Revogar a legislação que emperrava o processo de industrialização.

* O termo instituição refere-se às leis, normas, tabus e à constituição. A organização se encarrega da execução.

- b) Colocar em seu lugar leis e regulamentos que se adequassem ao estágio de industrialização que o País vivia.
- c) Estimular as exportações, mas mantendo elevada a proteção à indústria.
- d) Estimular investimentos externos e investimentos em infra-estrutura de transporte, comunicações e energia.
- e) Estimular investimentos em capital humano, principalmente no topo da pirâmide: treinamento nos níveis de pós-graduação e investimentos em cursos de graduação e pós-graduação e em pesquisas. A base da pirâmide foi negligenciada; aliás, isto é parte da tradição brasileira, responsável pela maioria dos problemas que se vivem atualmente.
- f) Esfriar as reivindicações das massas trabalhistas por meio de maior participação no bolo, por métodos até pouco civilizados, e quantas vezes, a fim de estimular o acúmulo de poupança.

Em resumo, realizou-se uma reforma institucional e estabeleceram-se instituições que favoreceram a modernização da economia, dentro da ótica de um Estado que teria o papel de líder e propulsor do desenvolvimento nacional. No período dos militares, em que o Estado se agigantou, estabeleceram-se poderosas empresas estatais que instrumentalizaram a ação. A indústria de bens de capital e duráveis se desenvolveu com o apoio do Governo: protegida da competição internacional, financiada a juros reais até negativos e gozando de inúmeros favores fiscais.

8. Lóbis poderosos se organizaram e passaram a defender e a financiar as campanhas que favorecessem a continuação das políticas vigentes. Com o passar do tempo, a pressão dos que ficaram de fora crescia, e a tendência era a de abrigá-los, sem cortar privilégios anteriormente adquiridos. Os lóbis tinham origem tanto no setor das grandes estatais como no setor privado. Frequentemente os interesses dos dois grupos coincidiam.

9. O financiamento das atividades de industrialização envolvia transferência de recursos para o Tesouro, captados por meio de impostos e empréstimos externos e internos, e aplicação desses em obras de infra-estrutura, financiamento do setor privado e desenvolvimento das estatais. A dívida interna e a externa, para resumir uma

longa história, alcançou tal montante que seus serviços demandavam grande parte da poupança nacional. O modelo de industrialização, com seu método de financiamento, chegara ao fim.

10. O modelo de industrialização se esgotou ou, quem sabe, cumpriu seus objetivos. A sua reforma, nos tempos modernos, exige redução do tamanho do Estado, abertura da economia à competição internacional e eliminação da grande maioria dos subsídios e da intervenção do Governo na economia. É este o desafio que se enfrenta no momento.

O esgotamento do modelo levou à queda dos militares. A democracia floresceu. A nova Constituição reflete, como não poderia deixar de ser, os interesses dos lóbis que se formaram anteriormente e do trabalho organizado que tem muitos interesses coincidentes com a indústria que vicejou sob a proteção do Tesouro. Retrata também, em alguma medida, os anseios de modernidade dos tempos atuais. Todavia, não se casou com nenhuma das correntes, uma espécie de híbrido de muitas origens, e, assim, não ampara o desenvolvimento das instituições adequadas ao Brasil de hoje. Ver-se-á que ocorrerá na ocasião de sua próxima reforma. É patente que nossa roupagem institucional, desenvolvida para servir aos ditames das políticas de substituição de importação, com maciça presença do Estado, não veste o Brasil de hoje. O sistema tributário do País exemplifica um dos problemas institucionais.

11. A população distribui-se de maneira não-uniforme no território nacional; a maior concentração está no Sudeste, consequência do grande desenvolvimento industrial que a região vem alcançando. O Nordeste vem em segundo lugar. As demais regiões se distanciam muito dessas duas, nas quais residem cerca de 72% da população. Todavia, essa distribuição é instável. Cerca de 47% da população rural brasileira está no Nordeste. No meio rural desta região vivem 17,8 milhões de pessoas; do Sudeste, 7,6 milhões; do Sul, 6,0 milhões; do Centro-Oeste, 2,3 milhões; e do Norte, 3,9 milhões. Vê-se que o Nordeste tem cerca de 10,2 milhões de habitantes a mais no seu meio rural do que o Sudeste. O PIB rural "per capita" é 1/4 daquele do Centro-Sul. Os elevados índices de analfabetismo rural explicam a pequena mobilidade, com relação a outras regiões, de seus rurícolas. O Nordeste tem cerca de 56% das pessoas residentes no meio

Tabela 1. Distribuição da População por Regiões e Residência, Ano 1991 (em milhões)

Regiões	Rural		Urbana		Total	
	N.o	%	N.o	%	N.o	%
Norte	3,9	10,4	5,0	4,4	8,9	5,9
Nordeste	17,8	47,3	25,0	22,2	42,8	28,5
Sudeste	7,6	20,2	57,9	51,3	65,5	43,6
Sul	6,0	16,0	16,8	15,0	22,8	15,1
Centro-Oeste	2,3	6,1	8,1	7,1	10,4	6,9
BRASIL	37,6	100,0	112,8	100,0	150,4	100,0

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1990.

rural. Dessas, as que possuem 10 anos ou mais de idade são analfabetas ou frequentaram menos de um ano de péssima escola. O potencial de rurículas migrantes é de cerca de 10,2 milhões, se a referência é o Sudeste. Como a agricultura do Centro-Sul está mecanizada, o destino dessa massa humana despreparada são as cidades: engrossarão as favelas, a pobreza e a violência urbanas.

12. Os pontos negativos do modelo de industrialização mais comum apontados são os seguintes:

- a) Falta de investimento em educação das massas, embora se tenha investido muito no topo da pirâmide educacional. A própria concentração de renda, muito bem documentada pela literatura, decorreu, em parte, da falta de investimentos em capital humano.
- b) Excessiva proteção à indústria, tanto em montante como em duração da proteção. Atribui-se à proteção a perda de competitividade dela no mercado externo e seu desinteresse pela modernidade e pela pesquisa. A abertura à competição internacional esbarra no medo do sucateamento das fábricas do País, por se julgar que elas não estão preparadas para a acirrada disputa com rivais externos. Há muito exagero nessa tese e é

do interesse dos lóbis que se acredite nessa incapacidade. Asseguram, assim, o mercado interno livre de rivais de outras paragens e ainda recebem socorro do Governo nas exportações.

- c) O método de financiamento exigiu que o Governo assumisse a dívida externa e, obviamente, seus encargos. O gigantismo do Estado se deve, também, ao fato de ter tido o Governo como agenciador de poupança para os setores privado e estatais.
- d) O tratamento dado à agricultura, que teve o encargo de ajudar a financiar a industrialização, será visto a seguir. Todavia, os recursos foram dela extraídos, quase sempre, por meio de impostos indiretos: taxas de câmbio sobrevalorizadas, proibições e contingenciamento das exportações e proteção à indústria de insumos modernos, e imposição de controle de preços, visando assegurar comida barata para as massas trabalhadoras e o confisco cambial. Foi também discriminado nos investimentos em infra-estrutura social, como escola e saúde.

A industrialização brasileira: da aristocracia rural para a burguesia urbano-industrial. O País se urbanizou: cerca de 75% dos brasileiros vivem nas cidades. Na década de 70, pela primeira vez, a população rural decresceu em números absolutos.

A renda "per capita" evoluiu de US\$ 500 para US\$ 2600, e a população, de 41 milhões, em 1940, para 150 milhões, em 1991. Criou-se, assim, grande mercado nacional, que era o objetivo das políticas de industrialização.

Do ponto de vista de agricultura, esse mercado tem duas características importantes: cresce com a evolução da população, cerca de 2% ao ano, e cresce com incremento da renda "per capita". Estima-se que elasticidade-renda de alimentos, fibras e energéticos seja da ordem de 5%, ou seja, metade da taxa anual de crescimento da renda disponível "per capita" equivale a incremento adicional da demanda de produtos da agricultura, adicional em relação àquele da população. O efeito-renda captura até mesmo a influência sobre a demanda de alimentos de cerca de 40 milhões de brasileiros, que não têm renda para comprar quantidade suficiente de alimentos. Num país de renda "per capita" semelhante à nossa, em que isso não ocorre, o crescimento dessa renda tem pequena

influência na demanda de alimentos.

Melhor seria se a demanda não apresentasse aquele componente de crescimento. A recuperação econômica, principalmente se acompanhada de melhor distribuição de renda, terá grande impacto sobre a demanda. Se não houver resposta da agricultura, subirão os preços internos, anulando os efeitos redistributivos, ou, então, importações serão necessárias.

O perfil da demanda mudou com a urbanização com ênfase em frutas, hortaliças, proteína animal e grãos que alimentam os animais. Ficaram menos importantes o arroz, a mandioca e o feijão.

A agricultura sofreu duplo esvaziamento (dooble squeeze): transferiu recursos e transferiu, (ainda está transferindo) população para as cidades. A transferência de população ajudou a manter os salários urbanos sobre controle. Contudo, depois que as cidades passaram a depender menos da migração rural-urbana, para se desenvolverem, sobretudo nos períodos de estagnação, o êxodo rural passou a ser considerado um peso para as urbes. Migrantes despreparados têm aumentado os custos com justiça, política e com a ajuda aos desempregados, além de investimentos adicionais na infra-estrutura urbana.

A Transferência de Recursos

Os estudos que enfatizaram a discriminação da agricultura pelas políticas de industrialização procuraram responder à seguinte pergunta: Que perdas aquelas políticas causaram à agricultura? O instrumental analítico implicitamente admite a hipótese de "país pequeno", ou seja, o aumento das nossas exportações não influencia os preços internacionais. Avalia-se a nossa produção em preços internacionais, como também os insumos, comparando-os com a situação vigente, e tem-se uma idéia do montante de recursos transferidos. Apresentam-se os dados em porcentagem do PIB agrícola. Coeficientes fixos para a função de produção também são, geralmente, admitidos. Um estudo procurou relaxar algumas das hipóteses restritivas. Para tanto, teve de recalcular o valor do PIB agrícola, visto que os novos preços estimulariam a agricultura. O modelo, contudo, não é de equilíbrio geral, que é usual nesse tipo de trabalho. O estudo abrange o período 1950-74 e contém bem fundamentada

revisão da literatura. Por esse estudo, as transferências estiveram acima de 30% do PIB agrícola em todo o período (OLIVEIRA, 1981).

Um estudo mais recente procura avaliar o impacto das políticas de preço sobre a agricultura. Inclui o subsídio ao crédito e outros gastos do Governo referentes à função agricultura, como benefícios da agricultura. A taxa de câmbio é considerada nas avaliações. O estudo abrange cinco produtos: soja, milho, algodão, arroz e trigo. Perde, portanto, em generalidade, embora os autores tentem arguir o contrário. Alegam que o peso dos benefícios está nos subsídios ao crédito e que, neste aspecto, não há marcantes diferenças em relação aos demais produtos. Para calcular os subsídios ao crédito, fixaram a taxa de juros reais em 12%, ao nosso ver muito elevada, visto que a agricultura dos países avançados paga juros reais até negativos. Dentro da ótica dos autores, a agricultura recebeu transferências de recursos até vultosas, como 49,12% do PIB agrícola em 1970, no período 1966-83. Em apenas um ano, 1974, é taxada. Todavia, quando o crédito é excluído, em sete anos do período a agricultura é perdedora e, além disso, caem drasticamente os valores para os anos em que a agricultura é ganhadora. O modelo não é de equilíbrio geral, e é mantida a hipótese de "país pequeno" (BRANDÃO e CARVALHO, 1990).

A questão de transferência interregional foi abordada em alguns estudos. Indicam eles que as regiões mais agrícolas transferiram grande soma de recursos para as que se industrializavam. A região mais sacrificada, a esse respeito, foi o Nordeste (CALISING, 1985).

Os estudos sobre transferência de recursos desconsideram os subsídios que os países não-desenvolvidos dão à agricultura. Isso significa que os preços não coincidem com aqueles que prevaleceriam fossem os subsídios banidos, ou seja, o referencial de preços internacionais, em relação ao qual as comparações são feitas, subestima os preços de equilíbrio de longo prazo. Em relação a esses, as transferências são muito maiores, pelo menos numa primeira etapa, enquanto a oferta mundial estiver ajustando-se à nova realidade de preços.

Os estudos de transferência de recursos avaliam apenas os custos da industrialização para a agricultura. Deixam de lado os benefícios. A idéia prevalecente na época da formulação das políticas de industrialização

era de que a indústria arrastaria a agricultura e, numa segunda etapa, devolveria os recursos que de lá foram retirados, exceto a população. BRANDÃO e CARVALHO, trabalho já analisado, falam de evidências que suportam aquela assertiva.

Nenhum estudo de nosso conhecimento colocou como questão saber se teriam sido melhor para a agricultura outras políticas de industrialização, ou se a opção tivesse sido por uma política de livre mercado, ou, ainda, em termos mais gerais, se as políticas de industrialização foram uma opção correta. Trata-se de uma questão em aberto. Alguns economistas, quando assessorando países africanos, costumam citar as dificuldades que a América Latina enfrenta, no momento, como sinal do fracasso das políticas de substituição de importações. No nosso modo de ver, as críticas às políticas de industrialização estão longe de ter um embasamento teórico-empírico seguro. Os efeitos negativos, como as distorções alocativas, o gigantismo estatal, a falta de capacidade de competição da indústria, o desenvolvimento de poderosos grupos, "rent seekers", e a corrupção são notórios. Ignorados são os efeitos de natureza dinâmica, como o mercado interno que foi desenvolvido, a vasta diversificação do mercado de trabalho e da pauta de exportações, os talentos empresariais que a indústria deu origem, enfim, os complexos urbano-industriais e a quebra de uma estrutura de poder arcaica, baseada numa decadente aristocracia rural, ainda do império*.

Os Caminhos da Agricultura

Referem-se às estratégias das políticas de industrialização em relação à agricultura.

Podem-se distinguir dois momentos. O primeiro termina na metade dos anos 60. A idéia era deixar a agricultura expandir por meio do incremento da fronteira agrícola e transferir dessa, para financiar a industrialização, a maior quantidade de recursos. De preferência, se houvesse devolução, seria essa em estradas e

* O livro editado por Krugman contém artigos a favor e contra a intervenção do Governo no mercado internacional (KRUGMAN, 1986). Veja também ALVES, FARO e CONTINI, 1991.

comunicações, as quais eram vitais para a expansão da fronteira agrícola. Nesse período, observam-se elevadas taxas de transferência de recursos para as urbes (ALVES e PASTORE, 1978).

O segundo momento ocorre a partir da segunda metade dos anos 60, quando foi ficando claro que a estratégia de deixar a agricultura crescer pela margem extensiva não era apta para gerar excedentes capazes de atender às necessidades do mercado interno e de exportações.

A política agrícola passou, então, a ter como alvo a modernização da agricultura. Aqueles agricultores mais instruídos, mais bem localizados e possuidores de melhores terras foram escolhidos como alvo da política de modernização da agricultura. É óbvio que a escolha não poderia ter sido do tipo "você vai ser beneficiado e você não o será". Um método sutil foi utilizado. O instrumento foi o crédito rural, com regras que já eliminavam a grande maioria de agricultores que não tinham condições de modernizar o seu negócio. Muitos dos discriminados eram pequenos agricultores, dentre eles os analfabetos e sem títulos de posse da terra reconhecidos pelos bancos, ou melhor, pelo Banco do Brasil. As regiões discriminadas foram aquelas sem infra-estrutura, sem agências do Banco do Brasil e de regime de chuvas inadequado à agricultura sem irrigação.

Os agricultores beneficiados pelas políticas de crédito foram mais do que compensados das discriminações, para modernizar suas atividades agrícolas. Todavia, mantiveram as discriminações contra a agricultura, objetivando captar recursos para a industrialização. Dessa forma, os agricultores discriminados perderam duas vezes: deixaram de receber os benefícios e foram sacrificados pelas políticas de preços.

A extensão rural foi redirecionada para atender os médios e grandes agricultores. A partir da década de 70, foi dado grande apoio à pesquisa agrícola e aos cursos de pós-graduação, a fim de apressar a geração de uma base científica necessária ao desenvolvimento da agricultura comercial. Compreendeu-se que essas atividades tinham interesses complementares aos dos lóbis dos setores financeiros e industriais, mormente agroindustriais, no sentido de maximizar, para os lóbis, os benefícios ("rent") de cada cruzeiro que extraíam do Tesouro. Por isso, elas receberam grande apoio da urbe.

A isenção de imposto de renda e o não-cumprimento às restrições que pesavam sobre a exportação de produtos primários, eliminando-as no caso de produtos agroindustrializados, também beneficiaram os agricultores que se modernizavam, pois se especializaram, amparados pelo crédito fácil, na produção que a agroindústria consome.

Por aquelas razões, agravou-se, neste período, a distribuição de renda no meio rural, como está documentada em alguns estudos. Convém salientar que isso foi consequência da ação deliberada do Governo, e não em virtude de efeitos que se ignoravam na época do desenho das respectivas políticas econômicas, ou, ainda, fruto do acaso*.

Muitos estudiosos da política agrícola do período não entenderam que as mesmas idéias das políticas de industrialização foram aplicadas à agricultura, ou seja, setores da agricultura foram selecionados como o carro-chefe da modernização da agricultura, dentre eles as culturas de exportação e as que substituíam importação, como o trigo. Assim não se pôde, por exemplo, analisar o custo da política de trigo sem se considerarem os efeitos indiretos, "the spill over effects", ponto negligenciado em toda a literatura sobre essa cultura**.

Os lóbis da indústria compreenderam que havia uma interessante oportunidade de lucros na agroindústria, ainda mais que a agroindústria se ajustava muito bem aos ditames das políticas de substituição de importações. Pressionados por eles, amparou-se e estimulou-se a agroindústria, tanto a processadora de alimentos como a de insumos modernos. Ela se desenvolveu rapidamente.

A agroindústria teve prioridade sobre a agricultura em casos de conflitos de interesse. O caso mais marcante foi a permissão de exportações de produtos "in natura" depois de atendida a demanda da agroindústria, contribuindo-se, assim, para deprimir os preços internos, com sacrifício dos produtores e grandes lucros para a agroindústria.

* Sobre distribuição de renda na agricultura, dentro de uma visão neomarxista, veja HOFFMANN e KASSAOUF, 1988.

** O trabalho de Calegar e Schuh revisa a literatura pertinente e faz uma análise detalhada das políticas de trigo; contudo, sem atinar no objetivo maior dessas.

Já no início da década de 80 a pressão para estender os benefícios do crédito a todos os agricultores era irresistível, e tornou-se ainda mais forte com o avanço do processo de redemocratização. Como não havia recursos para atender a todos, foi necessário mudar os critérios. Os pequenos produtores foram eleitos como alvo, passando-se a exigir contrapartida cada vez maior dos médios e grandes produtores, ou seja, o crédito favorecido só para os pequenos. Anteriormente o lema era: crédito subsidiado só para aqueles em condições de modernizar, pequenos ou grandes. O início da década de 80 marcou, assim, o fim da política agrícola derivada das políticas de substituição de importação, como marcou também o fim da política de industrialização e da substituição de importação.

O País está entrando num período de ajuste da política macroeconômica, prescrito em termos de um paradigma de economia de mercado em que as possibilidades de subsídios são reduzidas, em vista da penúria de recursos orçamentários do Tesouro.

No período áureo do crédito subsidiado, as taxas reais de juros eram negativas. Hoje, são positivas, bem acima de 10%, quando se considera a contrapartida. Contudo, 10% já é bem superior ao que os agricultores dos países avançados pagam, e mesmo a indústria. Dentro do conceito de uma economia aberta e de mercado, é incorreto, do ponto de vista econômico, falar-se em subsídios ao crédito. Até considerando o referencial externo, pode-se dizer que nossos agricultores continuam sendo taxados.

A agricultura, com a abertura do comércio, terá de enfrentar crescente competição na arena externa. Veste-se uma roupagem institucional inadequada, principalmente as leis e regulamentos que tratam dos impostos. Os custos de comercialização são muito elevados, em virtude de deficiências das rodovias, ferrovias e portos, e fenece o ímpeto que o Governo já teve em investir em ciências agrárias. Sobreviver à competição, quando os rivais tem tudo isso já otimizado e agregam pesados subsídios à mais antiga das artes, somente às custas de uma baixa remuneração dos agricultores, quem sabe às custas da miséria dos campos (ALVES, 1988). Se uma correção de rumos não for feita, a abertura do comércio será fator adicional ao êxodo rural. Quem mais perderá será a agricultura rica do Centro-Sul, porque tem para perder.

Para finalizar, cabe a seguinte pergunta: A política de industrialização e a agrícola dela derivada deixaram-nos melhor agricultura? Nem teórica nem empiricamente a pergunta tem sido adequadamente respondida, se é que há uma resposta para ela.

Vejam os alguns pontos que substanciam a complexidade da questão:

1. É necessário identificar os ganhadores e os perdedores. Por exemplo, quem migrou é um ganhador ou um perdedor? Dentre os que permanecem no meio rural, aqueles eleitos para a modernização são ganhadores? Os discriminados estão entre os perdedores, os pequenos e médios produtores? Possivelmente sim.

2. Houve atração de mão-de-obra pela urbe, ou expulsão dos rurícolas, em consequência de uma estrutura agrária defeituosa? Como explicar essa expulsão, tendo-se em conta a enorme expansão da fronteira agrícola nas décadas de 60 e 70. A mecanização da agricultura foi consequência da falta de mão-de-obra, decorrente do êxodo rural, ou foi a grande indutora desse, juntamente com a estrutura agrária? Que papel teve, no êxodo rural, a monetização dos salários pela extensão aos campos das leis trabalhistas*?

3. O meio ambiente é perdedor ou ganhador? Várias questões terão de ser respondidas para se ter uma idéia final nesse aspecto. Ver-se-ão algumas:

a) Que é melhor para o meio ambiente: uma agricultura extensiva no uso da terra, de baixos rendimentos, ou uma agricultura intensiva no uso da terra, de altos rendimentos, com o uso de produtos químicos? No segundo caso, a área agricultada pode ser muito reduzida, mas estará sujeita aos efeitos dos produtos químicos. No primeiro caso, ela será muito maior, aumentando-se, consequentemente, a emissão de gás carbônico, seja por causa do maior percurso até os mercados, seja por causa da necessidade das queimadas. Quanto teria de pagar os consumidores pela opção da agricultura de baixos rendimentos?

* Veja VERA e ALVES para discussão de algumas dessas questões.

- b) A abertura dos cerrados e da Amazônia à agricultura, reduzindo a concentração de população em poucos pólos, é um ganho ou é uma perda?
- c) Que é melhor para o meio ambiente ter a maior parte da população urbanizada, ou a maior parte vivendo nos campos?

4. O estabelecimento de um poderoso complexo agrícola, o "agribusiness", ocorrendo a maior parte do emprego e da geração de renda na agricultura nas cidades, representou ganhos ou perdas?

5. Quais os custos do não-investimento em educação das massas? Quais os custos relativos a empecilhos à modernização da agricultura, a incremento da população, à geração de renda, à favelização do País e à violência urbana? Quanto custou para o desenvolvimento da democracia?

Em consequência da complexidade dessas questões, os estudiosos preferiram um escopo muito mais reduzido para suas investigações, indagando apenas qual foi o custo, a parte que pode ser medida, para agricultura das políticas de industrialização. Deixaram de lado muitas coisas, a começar pelos benefícios.

O campo oferece, assim, uma grande variedade de temas para pesquisa teórica e para a de natureza empírica, cujos resultados ajudarão documentar melhor nossa história econômica.

Bibliografia

ALVES, E. Transformação da agricultura brasileira. Brasília, CODEVASF, 1989.

ALVES, E. & PASTORE, A.C. Import substitution and implicit taxation of agriculture in Brazil. American Journal of Agricultural Economics, 60(5):865-71, 1978.

ALVES, E.; FARO, Clóvis; CONTINI, Elísio. Government and agricultural development. In: XXI International Conference of Agricultural Economists: Papers of the Plenary and Invited Paper Sessions. Tokio, August 22-29, 1991.

- BRANDÃO, A.S. & CARVALHO, J.L. Brasil. In: KRUGER, A.; SCHIFF, M.; VALDES, A. (eds.). Economia política de las intervenciones de precios agrícolas en América Latina. São Francisco, CINDE, Califórnia, 1990. p. 81-144.
- CALEGAR, G.M. & SCHUH, G.E. The Brazilian wheat police: its costs, benefits, and effects on food consumption. Washington, IFPRI, 1988.
- CALSING, E.F. et alii. Desigualdades sociais no nordeste. Brasília, IPEA, 1985.
- CUNHA, A.S. Problemas de adaptação de estruturas do Brasil entre necessidade econômica e compatibilidade social. Brasília, UnB, 1991. (versão preliminar).
- HOFFMAN, R. & KASSOUF, A.L. A modernização e desigualdade na agricultura brasileira. In: ARAÚJO, P.F.C. & BACH, G.T. IV Seminário sobre Problemas e Perspectivas da Agricultura. Piracicaba, ESALQ, 1988. p. 1-15.
- KRUGMAN, P.R. (ed.). Strategic trade policies and new international economics. Cambridge, The MIT Press.
- LEWIS, A.W. Economic development with unlimited supplies of labour. Manchester School of Economics and Social Studies, 22:139-91, May 1954.
- OLIVEIRA, J.C. An analysis of transfers from agricultural sector and Brazilian development, 1950-1974. Cambridge, Universidade de Cambridge, 1981. (Thesis D.S.).
- PELAEZ, C.M. História da industrialização brasileira. Rio de Janeiro, APEC, 1972.
- SAYAD, J. Planejamento, crédito e distribuição de renda. Estudos Econômicos, 7(1):9-34.
- VERA, F. & ALVES, E.R.A. Urbanização: desafio à produtividade agrícola. Conjuntura Econômica, 39(3):3-15, 1985.

